



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA

DANUSA FERNANDES RUFINO GOMES

GOVERNANÇA DIGITAL: DESENVOLVIMENTO DE UM ÍNDICE PARA AUTARQUIAS
PÚBLICAS FEDERAIS VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO TÉCNICO

Brasília/DF
2018

APRESENTAÇÃO

Este relatório constitui-se em um resumo expandido da dissertação de mestrado profissional intitulado “Governança Digital: Desenvolvimento de um Índice para Autarquias Públicas Federais Vinculadas ao Ministério da Educação”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília.

Período de realização do mestrado: março de 2016 a março de 2018.

Título da Dissertação: Governança Digital: Desenvolvimento de um Índice para Autarquias Públicas Federais Vinculadas ao Ministério da Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Figueiredo Moreira.

Composição da Banca Examinadora:

- Profa. Dra. Marina Figueiredo Moreira
- Prof. Dr. Adalmir de Oliveira Gomes
- Prof. Dr. Luiz Akutsu

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O MOVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA.	5
3. REFERENCIAL TEÓRICO	6
3.1 GOVERNO DIGITAL	8
3.2 DEMOCRACIA DIGITAL	9
4. MÉTODOS	10
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5.1.1 Fator Conteúdo	15
5.1.2 Fator Serviço	15
5.1.3 Fator Participação Cidadã.....	16
5.1.4 Fator Privacidade e Segurança.....	18
5.1.5 Fator Usabilidade e Acessibilidade.....	19
6. CONCLUSÕES	19
REFERÊNCIAS.....	22
APÊNDICE 1 – QUADRO DE PRÁTICAS QUE COMPÕEM A ESCALA DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DIGITAL EM AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES AUTÁRQUICAS.....	23
APÊNDICE 2 – TABELA RANKING DA GOVERNANÇA DIGITAL EM AUTARQUIAS - 4 NÍVEIS	26
APÊNDICE 3 – QUADRO DE PORTAIS ANALISADOS.....	29

1. Introdução

A Política de Governança Digital (Decreto n. 8.638, 2016), que se aplica aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, surge em um momento em que já estão ocorrendo pequenas mudanças no relacionamento entre governo e cidadão. Explicada e desenvolvida pela Estratégia de Governança Digital (EGD), a Política pretende ser um meio para um novo modelo de gestão governamental, na qual desburocratização, modernização, fortalecimento e simplificação da relação entre Estado e sociedade sejam características presentes.

A EGD busca aplicar a tecnologia na promoção de serviços públicos digitais, na viabilização do acesso a informações e na ampliação da participação social na construção de políticas públicas. Assim, a promoção de governança digital se configura como uma demanda associada à agenda das organizações do Estado e, gradualmente, se materializa em metas individuais para cada órgão. Surge, então, uma demanda de natureza gerencial: como mensurar a implantação de governança digital nas organizações públicas de modo a acompanhar sua evolução? Esta é a lacuna norteadora para o presente estudo.

Embora a EGD apresente diretrizes para mensuração da Política de Governança Digital, não existe ainda um indicador de governança digital que permita à própria organização mensurar seu nível de atendimento às boas práticas da governança digital. Buscou-se, com a pesquisa, o desenvolvimento de um indicador com este propósito, de simples aplicação e que permita utilizar como fonte de dados o *website* da própria organização. A aplicação deste indicador permite gerar pontuação indicativa do nível de atendimento das organizações às boas práticas de governança digital. A pesquisadora aplicou

o Índice de Governança Digital das Autarquias brasileiras (IGD-Aut) no *website* de autarquias e fundações autárquicas federais vinculadas ao MEC, inclusive no INEP, identificando em qual fator o atendimento às práticas de governança digital foi bom e em qual deixou a desejar.

2. Administração Pública e o movimento da governança pública.

Ao longo da história do Brasil, houve, em diferentes momentos, reformas administrativas. Segundo Abrúcio (2010), que analisou os trajetos pelos quais a gestão pública brasileira percorreu, houve movimentos de grande importância que marcaram a administração pública brasileira, resultando, por exemplo, nas seguintes ações: a responsabilização, corroborada pela aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; a prestação de contas; o avanço do controle social para a gestão; o papel integrador no lugar do papel centralizador; e a implantação do governo eletrônico, que significa, também, preocupação com o bem-estar social ao levar agilidade à prestação de determinados serviços públicos.

O movimento da governança pública traduziu-se em uma alternativa ao modelo burocrático vigente, apresentando uma relação diferenciada entre o governo e a sociedade (Secchi, 2009). Governança pública, utilizada no estudo de Secchi (2009), refere-se à relação horizontal entre setor público e privado na fase de elaboração de políticas públicas. Desta forma, governança permite que diferentes atores possuam o direito de participarem da construção de políticas públicas e de decisões do Estado. A governança pública reflete a mudança do Estado em direção à descentralização de decisões, retirada do foco puramente técnico nos processos de decisão e inclusão de formas participativas da sociedade.

A temática de governança eletrônica se insere nesse contexto de transformações da sociedade da informação utilizando as TICs para participação nas decisões, com o

propósito de alcançar a boa governança. O uso de um Portal eletrônico para o Estado se comunicar com a sociedade é um exemplo de prática de governança eletrônica, pois o Portal disponibiliza informações ou serviços. Este é um exemplo de uma aplicação da governança mediante suporte eletrônico, de modo a facilitar a comunicação entre governo e sociedade, buscando reforçar a participação do cidadão, envolvendo novas formas de discussão e decisão política (Mello & Slomski, 2010).

A administração pública brasileira vem adotando práticas de governança digital as quais podem ser mapeadas e medidas. Desde que o governo eletrônico vem sendo utilizado na administração, as práticas de governança digital têm aumentado. O governo federal possui um site (www.governoeletronico.gov.br) onde disponibiliza informações sobre o governo eletrônico e governança digital. Por meio dele o usuário pode ter acesso a modelos e recomendações relacionados ao meio digital, como Cartilha de Boas Práticas de Padrões Web em Governo Eletrônico. O ideal é que os *websites* das instituições da administração pública sigam este modelo padrão disponibilizado pelo governo federal, aprimorando-o de acordo com as necessidades relacionadas às competências de cada instituição.

Diante das múltiplas formas de se construir e gerir um *website*, a aplicação do IGD-Aut tem sua importância para identificar onde existem fragilidades nos Portais Eletrônicos.

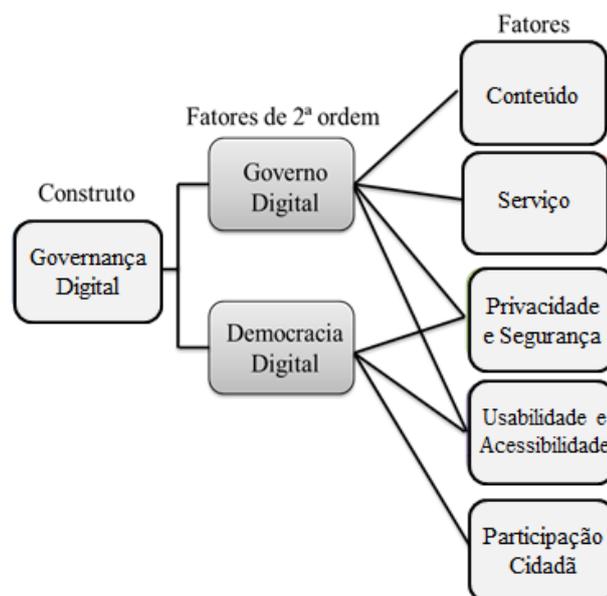
3. Referencial Teórico

A governança eletrônica, recentemente intitulada governança digital, é um termo utilizado pela Administração Pública Brasileira. Conforme Mello e Slomski (2010, p. 379), “a governança eletrônica é a utilização pelo setor público de tecnologias de informação e

comunicação inovadoras, como a internet, para ofertar aos cidadãos serviços de qualidade, informação confiável e mais conhecimento, de modo a facilitar o acesso aos processos de governo e encorajar a participação do cidadão”. Assim, pode-se assumir que governo eletrônico é uma ferramenta essencial para a governança digital, pois sem ele, não há que se falar em comunicação por meio digital.

Mello e Slomski (2010) consideram a governança eletrônica como um conceito que possui duas dimensões: governo eletrônico e democracia eletrônica. Essas duas dimensões são representadas por cinco fatores de práticas de governança digital: Conteúdo, Serviços, Privacidade e Segurança, Usabilidade e Acessibilidade e Participação Cidadã. As duas primeiras estão relacionadas apenas à dimensão governo digital e a última apenas à dimensão democracia digital. Já a Privacidade e Segurança e Usabilidade e Acessibilidade estão relacionadas a ambas as dimensões. Essas relações entre o construto e seus fatores estão representadas na Figura 1, que é adaptação do modelo de Mello e Slomski (2010).

Figura 1 – Relação entre os fatores de governança digital.



O fator Conteúdo apresenta práticas relacionadas à disponibilização de determinados assuntos e produções institucionais e informações públicas, sobretudo aquelas relacionadas à transparência. O fator Serviços está relacionado à disponibilização de contatos institucionais, inclusive com o gestor do site, analisando, assim, o canal de comunicação para a execução de serviços institucionais; também, o fator se relaciona às práticas que envolvem a possibilidade de registro do cidadão para serviços *on line*, esclarecimento dos serviços prestados pela instituição. O fator Participação Cidadã examina o quanto a instituição oferece de oportunidade para a participação da sociedade nas decisões do governo, logo, seus itens relacionam-se com mecanismos que envolvem o cidadão, por exemplo consultas públicas, e divulgação de informações ou chamados que envolvam a sociedade; este fator também envolve práticas relacionadas à avaliação retroativa dos serviços pela sociedade e a inserção das instituições em redes sociais. O fator Privacidade e Segurança examina práticas que envolvam políticas de privacidade de dados e segurança da informação que o usuário está depositando no site. Por fim, o fator Acessibilidade e Usabilidade está relacionado a ferramentas disponíveis para melhor uso do site por qualquer pessoa, mesmo com necessidades especiais, bem como à navegação facilitada, observando formulários, símbolos, siglas, figuras, padrões de texto e cores, entre outros aspectos.

3.1 Governo Digital

O governo digital é entendido pela EGD como o uso de tecnologias por meio digital, portanto, a Internet, “como parte integrada das estratégias de modernização governamentais, para gerar benefícios para a sociedade” (Brasil, 2016, p.7). Esta é uma definição que apresenta o olhar do governo sobre a temática da governança digital. A partir dela, nota-se que o governo brasileiro, a partir de 2016, ano da publicação da EGD, lançou um compromisso perante a sociedade em relação à comunicação entre Estado e sociedade, de modernizar o governo, indo de encontro com a tendência internacional e buscando responder

as exigências da sociedade em relação à utilização das TICs no governo. Logo, infere-se que a gestão pública brasileira esteve e está preocupada com a qualidade da relação Estado-sociedade, denotando uma compreensão por parte do Estado de que a interação entre estes atores poderá acarretar melhorias para a sociedade.

3.2 Democracia Digital

Onde existe comunicação por meio eletrônico entre governo e sociedade, há democracia eletrônica (Mello e Slomski, 2010). Exemplos de meios de comunicação eletrônica entre governo e sociedade são os fóruns, consultas públicas, reuniões com a sociedade, voto, referendos, sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão (e-SIC), portal eletrônico ou qualquer outra forma de participação eletrônica. É válido salientar que na maioria destes meios de comunicação a sociedade deve agir proativamente, fato que pode resultar em pouco uso pela sociedade ou uso por uma parcela específica de grupos de interesses comuns. O que leva a alguns autores à discussão se a participação social por meio destes meios e comunicação representa verdadeiramente uma democracia.

Por meio da participação destes meios comunicativos a sociedade pode exercer a democracia eletrônica e o controle social. Portanto, a democracia eletrônica diz respeito à utilização de meio eletrônico, ou seja, os recursos das TICs, com vistas a permitir a comunicação entre governo e sociedade para fins de comunicação de assuntos importantes e participação em determinadas decisões de forma democrática. Isto caracteriza um governo voltado para *accountability*, transparência e efetividade.

4. Métodos

A pesquisa desenvolveu e aplicou uma escala de medida para mensuração de um índice de governança digital nos Portais Eletrônicos. O IGD-Aut é um instrumento de medida baseado em construtos e foi utilizada a técnica de desenvolvimento de escalas de Pasquali (2010), que envolve os polos teórico, empírico e analítico. A Figura 2 ilustra as etapas da pesquisa em ordem cronológica:

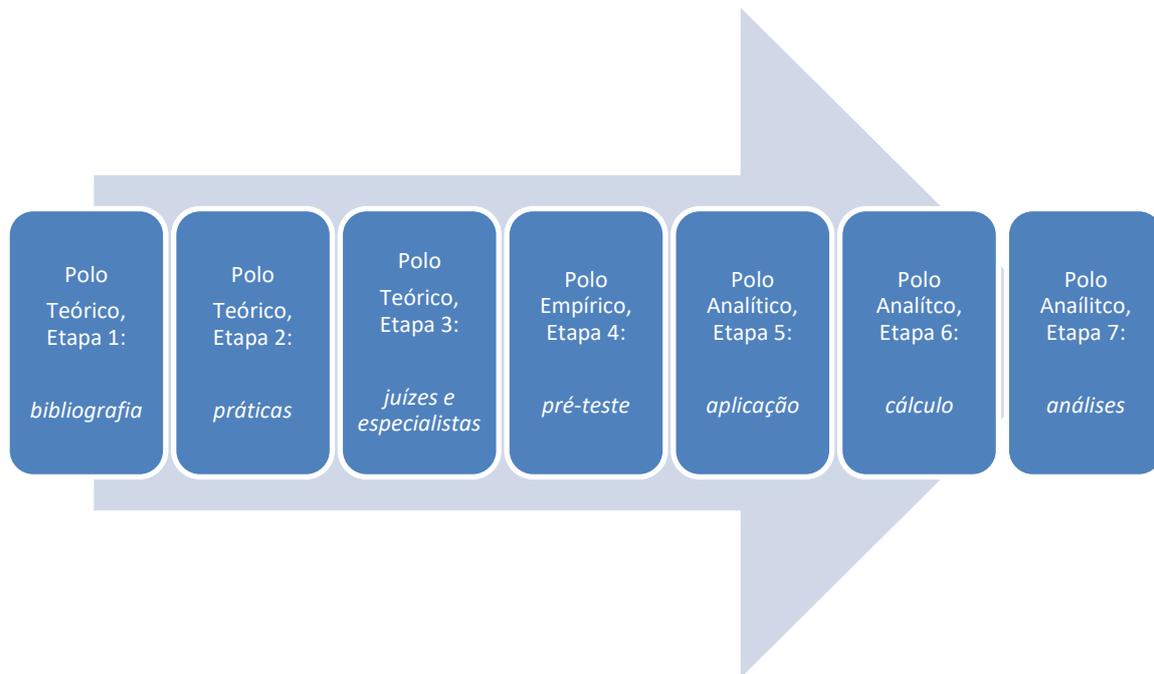


Figura 2 – Etapas da Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

Realizou-se pesquisa bibliográfica com foco qualitativo a fim de compreender governança digital e os cinco fatores relacionados a esse construto, no sentido de estabelecer suas dimensões teórico-constitutivas. A escala piloto, composta por 76 itens, foi submetida à validação junto a cinco juízes e, posteriormente, junto a três especialistas. A versão final da

escala do IGD-Aut composta por 50 itens foi aplicada a 108 sites de autarquias e fundações autárquicas vinculadas ao MEC, inclusive no INEP. A partir da análise dos resultados, chegou-se à escala final, composta por 50 itens e calculou-se o índice para cada instituição, o que possibilitou comparação quantitativa entre as organizações. A escala desenvolvida na pesquisa foi aplicada aos portais atuais de todas as organizações de natureza jurídica de autarquia e autarquia fundacional do poder executivo federal vinculadas ao MEC, totalizando 108 sites, listados no Quadro - Autarquias e fundações autárquicas analisadas, constante do Apêndice 3. Trata-se, portanto, de uma pesquisa censitária. A coleta de dados nos *websites* foi realizada com a técnica de triangulação de coletores, para minimizar discrepâncias na coleta (Zappellini, 2015).

A escala utilizada para medição dos 50 itens identificados nos *websites* foi adaptada da escala de Melo e Slomski, conforme Quadro 1. A coleta de dados nos Portais Eletrônicos foi realizada no período de 06 de dezembro de 2017 a 04 de janeiro de 2018.

ESCALA	DESCRIÇÃO
0	Nenhuma prática identificada/Prática não implementada/Inexistente.
1	Poucas práticas identificadas/Prática com poucas informações.
2	Algumas práticas identificadas/ Prática com ausência de algumas informações/ Implantada, mas de maneira incompleta.
3	Práticas totalmente identificadas/ A prática está totalmente implantada.
N	Não se Aplica

Quadro 1 – Escala de Referência do IGD-Aut, adaptada de Mello e Slomski (2010)

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da pontuação atribuída a cada item da escala, geraram-se escores individuais para cada fator. A média destes escores, por sua vez, representa o escore geral de governança digital para cada caso. Assim, o cálculo do IGD-Aut para cada organização corresponde à média obtida entre os itens da escala atribuídos aos cinco fatores. Portanto, foi

medido o índice de atendimento de cada autarquia e fundação autárquica às boas práticas de governança digital. O conjunto de observações do IGD-Aut nos 108 casos permite posicioná-los em um *ranking* que mostra o posicionamento individual de cada website em relação a cada fator e ao seu posicionamento geral. A Tabela *Ranking* (Apêndice 2) apresenta o IGD-Aut calculado em cada caso, uma coluna apresenta a média, outra apresenta a porcentagem em relação ao valor total da escala (valor 3), e a última apresenta a porcentagem em relação à média do IGD-Aut nos 108 casos.

Testaram-se a correlação entre os fatores preditores e a variável independente para medir a interação entre os fatores e, assim, testar a validade da estrutura teórica na amostra obtida. Para o cálculo das correlações, foi utilizado o tau-b de Kendall, devido à quantidade de casos e baixa variância características das respostas (Field, 2012). Realizaram-se análises descritivas que embasaram sugestões de recomendações gerenciais ao INEP relacionadas aos fatores que se mostraram menos atendidos.

5. Resultados e Discussões

Os fatores foram correlacionados entre si para testar a estrutura do modelo teórico original. A análise das correlações (Tabela 1) permitiu verificar em que medida os fatores estão relacionados ao escore Geral de Governança Digital. Nas correlações, adotam-se como parâmetros: $\tau\text{-}b < 0,33$, a relação é fraca; $\tau\text{-}b < 0,7$, a relação é moderada; $\tau\text{-}b > 0,7$, a relação é forte. Ressalta-se que o valor $p < 0,05$ é significativo para o conjunto de dados. O fator Conteúdo esteve moderadamente correlacionado ao escore geral de Governança Digital ($\tau\text{-}b = 0,48$, $p < 0,001$); o fator Serviço teve correlação fraca, embora limítrofe ($\tau\text{-}b = 0,33$, $p < 0,001$); o fator Participação Cidadã teve correlação moderada ($\tau\text{-}b = 0,53$, $p <$

0,001); o fator Privacidade e Segurança teve correlação fraca ($\tau\text{-}b = 0,29, p < 0,01$); e o fator Usabilidade e Acessibilidade teve correlação moderada ($\tau\text{-}b = 0,58, p < 0,001$).

Tabela 1- Correlações.

	Conteúdo	Serviço	Participação Cidadã	Privacidade e Segurança	Usabilidade e Acessibilidade
Governança Digital em Autarquias	0.48****	0.33***	0.53****	0.27**	0.58****

Nota: * < 0,05; ** < 0,01; *** < 0,001; **** < 0,0001

Fonte: Elaborado pela autora.

As correlações confirmaram o modelo teórico conceitual de análise da governança digital testado, por isso, optou-se por retê-lo e procedeu-se com o cálculo dos escores individuais, para cada caso, associados a cada fator (IGD-Aut). A partir da pontuação atribuída a cada item da escala, geraram-se escores individuais para cada fator. A média destes escores, por sua vez, representa o escore geral de governança digital para cada caso. Assim, o cálculo do IGD-Aut para cada organização corresponde à média obtida entre os itens da escala atribuídos aos cinco fatores.

Apresentam-se as análises descritivas para cada um dos cinco fatores e do IGD-Aut, com base na Tabela 2 que apresenta as médias, medianas e percentis de cada fator e da Governança Digital.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas gerais.

	Conteúdo	Serviço	Participação Cidadã	Privacidade e Segurança	Usabilidade e Acessibilidade	Governança Digital	
Nº casos	108	108	108	108	108	108	
Média	2,63 (87,66%)	2,61 (87%)	1,64 (54,67%)	2,48 (82,67%)	2,50 (83,33%)	2,42 (80,67%)	
Mediana	2,67	2,67	1,71	2,67	2,55	2,46	
Percentis	25	2,44	2,47	1,32	2,00	2,35	2,27
	50	2,67	2,67	1,71	2,67	2,55	2,46

75	2,89	2,67	2,00	3,00	2,70	2,56
----	------	------	------	------	------	-------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas do INEP

Conteúdo			Serviço			Participação Cidadã			Privacidade e Segurança			Usabilidade e Acessibilidade		
<u>Média</u>	<u>DP</u>	<u>% Relativo à média</u>	<u>Média</u>	<u>DP</u>	<u>% Relativo à média</u>	<u>Média</u>	<u>DP</u>	<u>% Relativo à média</u>	<u>Média</u>	<u>DP</u>	<u>% Relativo à média</u>	<u>Média</u>	<u>DP</u>	<u>% Relativo à média</u>
2,89	0,33	109,88	3,00	0,00	114,65	1,71	1,60	103,79	3,00	0,00	120,61	2,95	0,22	117,90

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se inferir que o fator com maior atendimento às boas práticas pelos *websites* analisados é o fator Conteúdo que é aquele que disponibiliza informações sobre a organização, como suas políticas, regulamentos, missão, visão e valores, dados relacionados à transparência, conteúdo de eventos gerais e apresentação de documentos traduzidos. Logo, classifica-se conteúdo como o primeiro fator mais atendido. O segundo fator mais atendido foi o fator Serviço, que diz respeito à oferta de serviços diversos pelo *website*. O terceiro lugar de atendimento foi o fator Usabilidade e Acessibilidade, que diz respeito às boas práticas que facilitam o acesso e a navegação no *website*. O penúltimo lugar em atendimento foi o fator Privacidade e Segurança, que se refere à questões de autenticação de dados, conferência de dados pessoais para a segurança dos dados. Por fim, em último lugar, ou seja, o fator menos atendido pelos *websites* das organizações analisadas foi o fator Participação Cidadã, que se refere às boas práticas de permissão da interação social em busca de opiniões, sugestões, averiguação da satisfação, entre outras práticas que envolvem o cidadão nas decisões de gestores. A partir desse resultado pode-se afirmar que a grande falha na governança digital se encontra na dimensão Participação Cidadã. Dimensão importante para a verdadeira democracia digital.

5.1.1 Fator Conteúdo

Conforme Tabela 3, a média que o INEP atingiu no fator Conteúdo foi 2,89 (indicando 96,33% de atendimento às boas práticas esperadas). Ou seja, das 10 práticas que compõem o fator conteúdo, 9 práticas o *website* do INEP atendeu completamente. A única prática que foi avaliada como 2 na escala foi a P5, que trata de “Disponibilizar informações sobre concursos públicos, editais, gabaritos de provas etc”. Isso quer dizer que o acesso a esse tipo de conteúdo estava incompleto na época da coleta de dados. Logo, recomenda-se maior atenção à disponibilização destes dados, tanto do último concurso, do ano de 2012, quanto dos concursos anteriores, para atendimento às orientações relacionadas à transparência das organizações públicas. O fato de não haver informações públicas completas vai na contramão da tendência atual, a política de governança digital, que é amplamente amparada pela legislação brasileira desde a Lei de Acesso à Informação de 2011.

Onze organizações atingiram o topo da escala (valor 3,0), o que significa que todas as práticas de conteúdo foram atendidas completamente no portal delas. Foram elas: IF GOIANO, IFCE, UFSC, IFNMG, IFMS, IFES, IFB, IFTM, UFT, UFOPA e IFSC.

5.1.2 Fator Serviço

Conforme Tabela 3, a média que o INEP atingiu no fator Serviço foi 3,00 (indicando 100% de atendimento às boas práticas esperadas). Ou seja, todas as 10 práticas que compõem o fator serviço foram completamente atendidas. Além do INEP, mais nove organizações atingiram a máxima 3,0, o que significa que todas as práticas de serviço foram atendidas completamente no portal delas. Foram elas: IFCE, IFCTE, UFFS, UTFPR, UFRR, UFF, IFRN, FNDE e FURG.

5.1.3 Fator Participação Cidadã

Conforme Tabela 3, a média que o INEP atingiu no fator Participação Cidadã foi 1,71 (indicando 57,0% de atendimento às boas práticas esperadas). Ou seja, das 7 práticas que compõem o fator conteúdo, 4 práticas o *website* do INEP atendeu completamente e 3 práticas não foram encontradas na época da coleta de dados. As práticas inexistentes, portanto com valor zero na escala, foram as práticas P23, P25 e P26.

Apenas um caso pontuou 2,57 (IF GOIANO, indicando 85,6% de atendimento) e nenhum pontuou o topo da escala, o que traduz que nenhum *website* implementou totalmente as práticas de Participação Cidadã (valor 3 na escala). Ou seja, embora haja participação cidadã, essas práticas estão muito pouco desenvolvidas.

As práticas P25 e P26 não foram implementadas completamente pela maioria das instituições, inclusive pelo INEP: apenas 4 % das instituições pontuaram “2” ou “3” na escala 0-3. A prática P23 também foi pouco implementada. Essas práticas tratam de realização de pesquisas de satisfação, disponibilização de campos que permitam a manifestação dos usuários para fins de alertas ou para avaliação de eventos em geral. A ausência de atendimento pleno a essas práticas revela a existência de poucos mecanismos de *feedback* do público-alvo da instituição. A e-democracia, construto associado à dimensão democracia digital do modelo teórico da governança digital, sugere que haja interação direta entre os cidadãos e o governo para que este tome decisões deliberadas e, assim, enfrente melhor os desafios públicos. Para isso, são necessários meios de participação cidadã, representados por exemplo pelas práticas P23 e P24, que medem exatamente a boa prática de o governo em abrir um canal de comunicação por meio de consultas aos cidadãos. Essas práticas não foram atendidas plenamente, o que quer dizer que, dentro de um período de tempo, o gestor da organização realizou poucas pesquisas envolvendo a população-alvo interessada nos assuntos

competentes à organização. Essa informação revela que as práticas adotadas não têm seguido completamente às recomendações atuais nacionais (política de governança digital e leis de acesso a informação) e internacionais (diretrizes da OCDE, compromissos da OGP). Para que os objetivos da e-democracia sejam alcançados, é necessária uma verdadeira intenção democrática (Clift, 2003) que se dá a partir da iniciativa governamental, concretizada, por exemplo, ao favorecer a participação social em seus *websites*. Os países da OGP têm criado maneiras de fomentar a participação social por meio digital, cumprindo assim seus compromissos. Entretanto, ressalta-se que, mesmo oferecendo redes sociais e *websites* para a participação cidadã, não é garantida a e-democracia, pois não basta criar esses meios e esperar que haja um forte engajamento. Segundo Freire e Stabile (2013), deve haver uma preocupação constante com a efetividade do canal de comunicação, incluindo melhorias no retorno dos resultados. Isso mostra que os *websites* analisados estão, em sua maioria, longe de garantir a e-democracia, pois nem o primeiro passo, iniciativa governamental, foi dado. Outro ponto que as organizações podem melhorar para ter melhores escores no IGD-Aut é abrir canal para o cidadão avaliar eventos em geral promovidos pela organização, como cursos, treinamentos, palestras, seminários, para que os próximos eventos sejam planejados considerando as sugestões e críticas do público-alvo. Essa boa prática de Participação Cidadã vai ao encontro do que a academia propõe para uma governança democrática: a aproximação do cidadão com o governo e o compartilhamento de conhecimento e experiências vividas pela sociedade para basear a tomada de decisão de um gestor (Sampaio, 2016).

Participação cidadã, que é um fator da governança digital importante para a tomada de decisão governamental baseada nos anseios da sociedade. É um fenômeno que pode ser atingido atualmente com maior facilidade tendo em vista os avanços das TICs. A investigação desta pesquisa deu enfoque a *websites*, entretanto, vale ressaltar que a participação cidadã (fator menos atendido) pode ser alcançada por outros meios além de

5.1.5 Fator Usabilidade e Acessibilidade

Conforme Tabela 3, a média que o INEP atingiu no fator Usabilidade e Acessibilidade foi 2,95 (indicando 98,33% de atendimento às boas práticas esperadas). Ou seja, das 20 práticas que compõem este fator, 19 práticas o *website* do INEP atendeu completamente. A única prática que foi avaliada como 2 na escala foi a P45, que trata de “Disponibilizar os conteúdos de áudio e/ou vídeo com transcrições escritas e/ou legendas.”. Isso quer dizer que o acesso a esse tipo de facilidade estava incompleto na época da coleta de dados. Logo, recomenda-se maior atenção à disponibilização de facilidades desse tipo para que mais cidadãos tenham acesso aos conteúdos divulgados no *website*. As práticas que compõem este fator são todas importantes para reduzir ao máximo o número de pessoas que, porventura, são excluídas desse ambiente em virtude de necessidades especiais. Apenas uma instituição atingiu o topo da escala, a UFG.

6. CONCLUSÕES

Ao aplicar o IGD-Aut e apresentar evidências de validade interna por meio das análises de correlações, esta pesquisa contribuiu teoricamente preenchendo a lacuna da inexistência de um índice que mensure o nível atual de implantação da governança digital no contexto das autarquias e fundações autárquicas. Índice de aplicação pelo próprio gestor da instituição. A partir dos resultados obtidos com a aplicação do IGD-Aut nos 108 websites, foi possível posicionar as organizações e analisar os fatores individualmente.

Embora o INEP tenha atingido boas médias em relação às práticas de governança a discussão de algumas práticas isoladas que não foram atendidas é importante para que se

tome ciência das carências e busque aprimorar seu *website* com vistas a permitir uma maior governança digital. Isso agrega ao entregar ao cidadão melhor meio de comunicação e interação com o INEP.

Após a análise de todos os fatores, é perceptível que o fator que é menos atendido pelas organizações analisadas, inclusive pelo INEP, é o fator “Participação Cidadã”. Enquanto, de um lado, os fatores Conteúdo, Serviço, Privacidade e Segurança e Acessibilidade e Usabilidade indicaram de 82,67% a 87,66% de atendimento, na média, às boas práticas correspondentes, por outro lado, o fator Participação Cidadã indicou apenas 54,67% de atendimento, na média, às boas práticas correspondentes. Isso revela que Participação cidadã é o fator com menor pontuação, ou seja, as autarquias e fundações autárquicas estão deixando a desejar quanto à promoção de participação cidadã por meio de seus *websites*.

Assim, pode-se inferir que a comunicação entre governo e sociedade por meio da ferramenta *website* não está plena e, conseqüentemente, a participação da sociedade em determinadas decisões pode não estar ocorrendo de forma democrática. Um atendimento completo às boas práticas de Participação Cidadã caracteriza um governo voltado para *accountability*, transparência e efetividade, que são requisitos essenciais para uma democracia de verdade.

As contribuições desta pesquisa incluem a disponibilização do IGD-Aut, índice atualizado, para utilização pelo gestor da instituição com vistas a monitorar seu *website*. Entende que as autarquias e fundações autárquicas, inclusive o INEP, ganham uma ferramenta de acompanhamento de suas ações em meio digital com fins a aprimorar seus meios de interação com o cidadão usuário desse canal. Os resultados gerados pela aplicação do IGD-Aut são importantes para a tomada de decisão dos gestores dos *websites* e conseqüentemente

das organizações, tendo em vista que eles poderão priorizar suas ações de acordo com os fatores que se mostrarem menos atendidos.

Uma limitação deste estudo refere-se à medida da participação social apenas por um meio de comunicação: os *websites*. Como agenda de pesquisa, recomenda-se que, para estudos futuros que se proponham a testar a participação cidadã, investiguem outros meios de interação, como redes sociais, serviço de informação ao cidadão, consultas públicas e pesquisas presenciais, entre outros meios, além de *websites*. Ainda, sugere-se desenvolver uma escala de medida da governança digital adaptada para aplicação em outros setores da Administração Pública, tendo em vista que o IGD-Aut é aplicado a um recorte do setor público. Por isso, recomenda-se para futuras pesquisas o estudo de formas de mensurar a governança digital em outros contextos de instituições públicas, de outros poderes ou esferas, mensurando e acompanhando o desenvolvimento da governança digital em todos os contextos de instituições públicas, tendo em vista a governança digital ser uma tendência que fortalece a relação entre governo e cidadão e abrange todo o setor público.

REFERÊNCIAS

- Abrúcio, L. F. (2010). Desafios Contemporâneos para a reforma da Administração Pública Brasileira. In *Administração Pública - Coletânea*.
- Brasil. Ministério do Planejamento, O. e G. S. de L. e T. da I. (2010). Padrões Brasil e-Gov: Cartilha de Usabilidade. Brasília.
- Brasil. Ministério do Planejamento, O. e G. (n.d.). (2016) Estratégia de Governança Digital.
- Brasil. Ministério do Planejamento, O. e G. S. de L. e T. da I. (2014). Gov.br e-MAG : Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, 1–46.
- Field, Andy; Miles, Jeremy; Field, Zoe. 2012. *Discovering Statistics Using R* (p. 225). SAGE Publications. Edição do Kindle.
- Freire, F. R., & Stabile, M. (2013). As novas Tecnologias e a Participação Eletrônica: entre Promessas e Desafios. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público: TIC Governo Eletrônico. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 47-56.
- Mello, G. R. de. (2009). Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros. *Tese de Doutorado Em Ciências Contábeis, São Paulo*, 999. Retrieved from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15102009-102145/pt-br.php>
- Mello, G. R. de, & Slomski, V. (2010). Índice De Governança Eletrônica Dos Estados Brasileiros (2009): No Âmbito Do Poder Executivo. *JISTEM Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 375–408. <https://doi.org/10.4301/S1807-17752010000200007>
- Pasquali, L. (2010). Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. *Instrumentação Psicológica. Fundamentos e Práticas*, 165-198.
- Sampaio, R. C. (2016). e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 937-958.
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, 43(2), 347–369. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>
- Zappellini, M. B. (2015). O Uso Da Triangulação Na Pesquisa Científica Brasileira Em Administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 241–273. <https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238>

APÊNDICE 1 – Quadro de Práticas que compõem a escala do Índice de Governança Digital em Autarquias e Fundações Autárquicas.

	CONTEÚDO O <i>website</i> que estou analisando possui a prática de:
P1	Disponibilizar as políticas da instituição, como formas de financiamento de bolsas/pesquisas, linhas de pesquisa, programas e ações de sua competência.
P2	Disponibilizar normativos que regulamentam o funcionamento da instituição, como portarias, regimento interno, resoluções, procedimentos da ouvidoria etc.
P3	Disponibilizar informações públicas sobre orçamento, como recursos financeiros, execução orçamentária, informações das licitações em andamento, editais etc.
P4	Disponibilizar informações sobre cargos, competências e salários dos servidores.
P5	Disponibilizar informações sobre concursos públicos, editais, gabaritos de provas etc.
P6	Permitir a recuperação de documentos públicos, por meio de impressão, download etc.
P7	Disponibilizar calendários de eventos da instituição, quadros de anúncios/informativos etc.
P8	Disponibilizar arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros etc.
P9	Descrever a missão, visão e valores da instituição.
P10	Disponibilizar versão em língua Portuguesa dos documentos produzidos em língua estrangeira.
	SERVIÇO O <i>website</i> que estou analisando possui a prática de:
P11	Disponibilizar nomes, e-mails, telefones e endereços para solicitação de informações de acordo com as competências dos setores da instituição.
P12	Esclarecer aos cidadãos, na página principal, quais são os serviços prestados.
P13	Permitir o registro do cidadão para serviços <i>on line</i> ou direcionar para sistemas que permitam esse registro.
P14	Permitir o acesso a informações mediante senhas, como inscrições em eventos, cursos, disciplinas, avaliações, treinamentos, solicitação de matrícula etc, ou direcionar para sistemas que permitam essa ação.
P15	Permitir o registro para geração de boletos para pagamento relacionado a participação em eventos promovidos pela instituição, ou direcionar para sistemas que permitam esse registro.
P16	Permitir o acesso a informações relacionadas a educação, como rankings educacionais, indicadores, ofertas de cursos etc.
P17	Identificar o responsável/gestor do site para contato ou fornecer meios para que o usuário busque ajuda para correção de erros.
P18	Disponibilizar mecanismo de submissão, monitoramento e controle de queixas/denúncias ou direcionar para sistemas que permitam essa ação, como sistema de ouvidoria.
P19	Disponibilizar notícias e informações sobre políticas públicas em educação.
P20	Publicar os editais de abertura de licitações e seus respectivos resultados.
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ O <i>website</i> que estou analisando possui a prática de:
P21	Divulgar boletim informativo periódico que mostre oportunidades para que cidadãos participem de atividades promovidas pela instituição.
P22	Disponibilizar um e-mail para contato, com a descrição da política adotada de resposta.
P23	Realizar pesquisas de satisfação, opinião, para verificar a percepção de cidadãos quanto aos serviços prestados pela instituição.
P24	Realizar pesquisas prévias para coleta de sugestões de cidadãos sobre decisões de impacto social a serem tomadas pela instituição.
P25	Disponibilizar link para que cidadãos informem fatos imprevistos, utilizando o site como um mecanismo de alerta para problemas naturais ou provocados pelo homem.
P26	Permitir a avaliação de eventos em geral, como cursos, treinamento, palestras etc, promovidos pela instituição.
P27	Disponibilizar link para os perfis das redes sociais da instituição.
	PRIVACIDADE E SEGURANÇA O <i>website</i> que estou analisando possui a prática de:

P28	Declarar a política de privacidade (no site, em edital ou documento similar), descrevendo os tipos de informações recolhidas e políticas de utilização e partilha, identificando os coletores em todas as páginas que aceitam os dados, além da data em que a política de privacidade foi revisada.
P29	Permitir que o usuário revise dados pessoais e corrija registros de informações incompletas ou erradas.
P30	Permitir o acesso a informações não públicas para servidores mediante senha ou registro.
	USABILIDADE E ACESSIBILIDADE O <i>website</i> que estou analisando possui a prática de:
P31	Indicar públicos-alvo do site, com canais personalizados para grupos específicos, como cidadãos, empresas, órgãos públicos, ou assuntos específicos, como publicações, educação básica, educação superior etc.
P32	As páginas apresentam níveis de cabeçalho de forma hierárquica, organizando a ordem de importância e subordinação dos conteúdos, ícones de navegação de reconhecimento imediato, etc.
P33	Possuir links nas áreas internas destinados a retorno à página inicial.
P34	Disponibilizar na página principal menu de acesso rápido, mapa do <i>site</i> ou esboço de todas as páginas.
P35	As páginas contêm cores padronizadas que respeitam a identidade visual da instituição.
P36	As páginas apresentam textos escritos com estilos e cores de fonte adequadas.
P37	Os textos indicativos de links contêm destaque (sublinha, itálico ou negrito).
P38	Indicar a data da última atualização em cada uma das páginas.
P39	Disponibilizar versões de documentos longos, como arquivos em .pdf ou .doc completos ou parciais.
P40	Permitir que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor; identificando, claramente, aqueles com preenchimentos obrigatórios.
P41	Permitir o acesso ao site e seus conteúdos por meio do teclado do computador.
P42	Dispor de mecanismo busca avançada com capacidade para classificar resultados por relevância ou outros critérios.
P43	Disponibilizar mecanismo de acesso para os portadores de necessidades especiais.
P44	Disponibilizar os conteúdos do site em mais de um idioma.
P45	Disponibilizar os conteúdos de áudio e/ou vídeo com transcrições escritas e/ou legendas.
P46	As páginas internas sequenciais do site são abertas na mesma janela/guia inicial.
P47	Disponibilizar tutoriais e auxílios à navegação, como índices de A-Z, perguntas frequentes ou similares.
P48	Disponibilizar explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns.
P49	Permitir redimensionamento sem perda da funcionalidade em até 200%
P50	Disponibilizar barra de acesso congelada na parte superior de cada página.

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 2 – Tabela *Ranking* da Governança Digital em Autarquias - 4 níveis

	<u>IGD- Aut (Média)</u>	<u>% Relativo ao total</u>	<u>% Relativo à média (2,42)</u>	<u>Nível</u>
Sigla				
1º Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educaionais Anísio Teixeira	2,78	92,67	114,76	
2º Universidade Federal de Itajubá	2,77	92,33	114,34	
3º Instituto Federal Goiano	2,75	91,67	113,52	
4º Instituto Federal do Ceará	2,71	90,33	111,87	
5º Instituto Federal de Goiás	2,71	90,33	111,87	
6º Instituto Federal da Paraíba	2,67	89,00	110,22	
7º Universidade Federal de Pernambuco	2,67	89,00	110,22	
8º Universidade Federal de Santa Catarina	2,67	89,00	110,22	
9º Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2,65	88,33	109,39	
10º Instituto Federal Catarinense	2,65	88,33	109,39	
11º Universidade Federal da Fronteira Sul	2,63	87,67	108,57	
12º Universidade Federal de Juiz de Fora	2,63	87,67	108,57	
13º Universidade Federal de São Carlos	2,63	87,67	108,57	
14º Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2,63	87,67	108,57	NÍVEL
15º Instituto Federal do Sul de Minas	2,6	86,67	107,33	A
16º Instituto Federal Farroupilha	2,6	86,67	107,33	
17º Universidade Federal de Minas Gerais	2,59	86,33	106,91	
18º Instituto Federal de Brasília	2,58	86,00	106,50	
19º Instituto Federal do Espírito Santo	2,58	86,00	106,50	
20º Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	2,58	86,00	106,50	
21º Instituto Federal Fluminense	2,58	86,00	106,50	
22º Universidade Federal de Goiás	2,58	86,00	106,50	
23º Universidade Federal de Ouro Preto	2,58	86,00	106,50	
24º Universidade Federal de Roraima	2,58	86,00	106,50	
25º Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2,58	86,00	106,50	
26º Instituto Federal do Acre	2,56	85,33	105,68	
27º Instituto Federal do Triângulo Mineiro	2,56	85,33	105,68	
28º Universidade Federal de São João del-Rei	2,56	85,33	105,68	
29º Instituto Federal do Sertão Pernambucano	2,54	84,67	104,85	
30º Universidade Federal de Pelotas	2,54	84,67	104,85	
31º Universidade Federal de Santa Maria	2,54	84,67	104,85	
32º Universidade Federal de Uberlândia	2,54	84,67	104,85	
33º Universidade Federal do ABC	2,54	84,67	104,85	
34º Instituto Federal do Amapá	2,53	84,33	104,44	
35º Instituto Federal de Minas Gerais	2,52	84,00	104,02	

36°	Instituto Federal do Tocantins	2,52	84,00	104,02	NÍVEL B
37°	Universidade Federal do Tocantins	2,52	84,00	104,02	
38°	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2,52	84,00	104,02	
39°	Universidade Federal do Vale do São Francisco	2,52	84,00	104,02	
40°	Universidade Federal Fluminense	2,52	84,00	104,02	
41°	Instituto Federal do Pará	2,5	83,33	103,20	
42°	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2,5	83,33	103,20	
43°	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2,5	83,33	103,20	
44°	Instituto Federal do Maranhão	2,48	82,67	102,37	
45°	Instituto Federal do Piauí	2,48	82,67	102,37	
46°	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2,48	82,67	102,37	
47°	Universidade Federal de São Paulo	2,48	82,67	102,37	
48°	Universidade Federal do Oeste do Pará	2,48	82,67	102,37	
49°	Universidade Federal do Pampa	2,48	82,67	102,37	
50°	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2,48	82,67	102,37	
51°	Instituto Federal do Sudeste de Minas	2,47	82,33	101,96	
52°	Instituto Federal do Amazonas	2,46	82,00	101,55	
53°	Instituto Federal da Bahia	2,46	82,00	101,55	
54°	Instituto Federal Sul-rio-grandense	2,46	82,00	101,55	
55°	Instituto Federal de Rondônia	2,46	82,00	101,55	
56°	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	2,46	82,00	101,55	
57°	Universidade Federal de Mato Grosso	2,44	81,33	100,72	NÍVEL C
58°	Universidade Federal do Acre	2,44	81,33	100,72	
59°	Universidade Federal do Ceará	2,44	81,33	100,72	
60°	Instituto Federal de Mato Grosso	2,43	81,00	100,31	
61°	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2,43	81,00	100,31	
62°	Instituto Federal de São Paulo	2,42	80,67	99,90	
63°	Instituto Federal de Sergipe	2,42	80,67	99,90	
64°	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	2,42	80,67	99,90	
65°	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2,42	80,67	99,90	
66°	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	2,4	80,00	99,07	
67°	Universidade Federal da Bahia	2,4	80,00	99,07	
68°	Universidade Federal do Paraná	2,4	80,00	99,07	
69°	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2,39	79,67	98,66	
70°	Universidade Federal de Sergipe	2,38	79,33	98,25	
71°	Universidade Federal Rural da Amazônia	2,38	79,33	98,25	
72°	Universidade Federal de Lavras	2,37	79,00	97,83	
73°	Instituto Federal de Alagoas	2,35	78,33	97,01	
74°	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2,35	78,33	97,01	
75°	Instituto Federal de Roraima	2,33	77,67	96,18	
76°	Universidade Federal de Alagoas	2,33	77,67	96,18	
77°	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2,33	77,67	96,18	

78°	Instituto Federal de Santa Catarina	2,31	77,00	95,36	
79°	Universidade Federal do Espírito Santo	2,29	76,33	94,53	
80°	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2,29	76,33	94,53	
81°	Colégio Pedro II	2,27	75,67	93,70	
82°	Instituto Federal de Pernambuco	2,27	75,67	93,70	
83°	Universidade Federal do Oeste da Bahia	2,27	75,67	93,70	
84°	Universidade Federal do Pará	2,27	75,67	93,70	
85°	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2,27	75,67	93,70	
86°	Instituto Federal Baiano	2,25	75,00	92,88	
87°	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2,25	75,00	92,88	
88°	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2,25	75,00	92,88	
89°	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2,24	74,67	92,47	
90°	Universidade Federal do Piauí	2,24	74,67	92,47	
91°	Universidade Federal do Cariri	2,23	74,33	92,05	
92°	Universidade Federal do Sul da Bahia	2,23	74,33	92,05	
93°	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2,23	74,33	92,05	
94°	Universidade Federal do Maranhão	2,22	74,00	91,64	
95°	Universidade de Brasília	2,19	73,00	90,40	
96°	Fundação Joaquim Nabuco	2,17	72,33	89,58	NÍVEL D
97°	Universidade Federal de Rondônia	2,17	72,33	89,58	
98°	Universidade Federal de Viçosa	2,17	72,33	89,58	
99°	Universidade Federal da Paraíba	2,16	72,00	89,16	
100°	Instituto Federal do Paraná	2,15	71,67	88,75	
101°	Universidade Federal do Amazonas	2,15	71,67	88,75	
102°	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	2,14	71,33	88,34	
103°	Universidade Federal do Rio Grande	2,13	71,00	87,93	
104°	Universidade Federal da Grande Dourados	2,12	70,67	87,51	
105°	Universidade Federal de Alfenas	2,1	70,00	86,69	
106°	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2,08	69,33	85,86	
107°	Universidade Federal do Amapá	1,98	66,00	81,73	
108°	Universidade Federal de Campina Grande	1,63	54,33	67,29	

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE 3 – Quadro de Portais Analisados

	SIGLA	NOME DA INSTITUIÇÃO	PORTAL
1	INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	www.inep.gov.br
2	CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	www.capes.gov.br
3	FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	www.fnde.gov.br
4	FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco	www.fundaj.gov.br
5	CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	www.cefet-rj.br
6	CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	www.cefetmg.br
7	Colégio Pedro II	Colégio Pedro II	www.cp2.g12.br
8	IFAC	Instituto Federal do Acre	portal.ifac.edu.br
9	IFAL	Instituto Federal de Alagoas	www2.ifal.edu.br
10	IFAP	Instituto Federal do Amapá	www.ifap.edu.br
11	IFAM	Instituto Federal do Amazonas	www2.ifam.edu.br
12	IFBA	Instituto Federal da Bahia	portal.ifba.edu.br
13	IF BAIANO	Instituto Federal Baiano	www.ifbaiano.edu.br
14	IFB	Instituto Federal de Brasília	www.ifb.edu.br
15	IFCE	Instituto Federal do Ceará	ifce.edu.br
16	IFES	Instituto Federal do Espírito Santo	www.ifes.edu.br
17	IFG	Instituto Federal de Goiás	www.ifg.edu.br
18	IF GOIANO	Instituto Federal Goiano	www.ifgoiano.edu.br
19	IFMA	Instituto Federal do Maranhão	www.ifma.edu.br
20	IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais	www.ifmg.edu.br
21	IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	www.ifnmg.edu.br
22	IFSUDESTEMG	Instituto Federal do Sudeste de Minas	www.ifsudestemg.e
23	IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas	www.ifsuldeminas.
24	IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	www.iftm.edu.br
25	IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso	www.ifmt.edu.br
26	IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	www.ifms.edu.br
27	IFPA	Instituto Federal do Pará	www.ifpa.edu.br
28	IFPB	Instituto Federal da Paraíba	www.ifpb.edu.br
29	IFPE	Instituto Federal de Pernambuco	www.ifpe.edu.br
30	IFSERTAOPPE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	www.ifsertao-
31	IFPI	Instituto Federal do Piauí	libra.ifpi.edu.br
32	IFPR	Instituto Federal do Paraná	www.ifpr.edu.br
33	IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro	www.ifrj.edu.br
34	IFF	Instituto Federal Fluminense	portal1.iff.edu.br
35	IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	portal.ifrn.edu.br
36	IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	ifrs.edu.br
37	IFFARROUPILHA	Instituto Federal Farroupilha	www.iffarroupilha.
38	IFSUL	Instituto Federal Sul-rio-grandense	www.ifsul.edu.br
39	IFRO	Instituto Federal de Rondônia	www.ifro.edu.br
40	IFRR	Instituto Federal de Roraima	www.ifrr.edu.br
41	IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina	www.ifsc.edu.br
42	IFCTE	Instituto Federal Catarinense	ifc.edu.br
43	IFSP	Instituto Federal de São Paulo	www.ifsp.edu.br
44	IFS	Instituto Federal de Sergipe	www.ifs.edu.br
45	IFTO	Instituto Federal do Tocantins	portal.ifto.edu.br
46	UnB	Universidade de Brasília	www.unb.br
47	UFBA	Universidade Federal da Bahia	www.ufba.br
48	UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	www.uffs.edu.br
49	UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	www.ufgd.edu.br
50	UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	www.unila.edu.br
51	UNILAB	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	www.unilab.edu.br
52	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	www.ufpb.br

53	UFAL	Universidade Federal de Alagoas	www.ufal.edu.br
54	UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas	www.unifal-
55	UFMG	Universidade Federal de Campina Grande	www.ufcg.edu.br
56	UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	www.ufcspa.edu.br
57	UFG	Universidade Federal de Goiás	www.ufg.br
58	UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá	unifei.edu.br
59	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	www.ufjf.br
60	UFLA	Universidade Federal de Lavras	www.ufla.br/portal
61	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	www.ufmt.br
62	UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	www.ufms.br
63	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	www.ufmg.br
64	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	www.ufop.br
65	UFPEl	Universidade Federal de Pelotas	portal.ufpel.edu.br
66	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	www.ufpe.br
67	UNIR	Universidade Federal de Rondônia	www.unir.br
68	UFRR	Universidade Federal de Roraima	www.ufr.br
69	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	www.ufsc.br
70	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	www.ufsm.br
71	UFSCar	Universidade Federal de São Carlos	www2.ufscar.br
72	UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei	www.ufsj.edu.br
73	UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	www.unifesp.br
74	UFS	Universidade Federal de Sergipe	www.ufs.br
75	UFU	Universidade Federal de Uberlândia	www.ufu.br
76	UFV	Universidade Federal de Viçosa	www.ufv.br
77	UFABC	Universidade Federal do ABC	www.ufabc.edu.br
78	UFAC	Universidade Federal do Acre	www.ufac.br
79	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	www.unifap.br
80	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	www.ufam.edu.br
81	UFCA	Universidade Federal do Cariri	www.ufca.edu.br/p
82	UFC	Universidade Federal do Ceará	www.ufc.br
83	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	www.ufes.br
84	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	www.unirio.br
85	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	www.ufma.br
86	UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia	www.ufob.edu.br
87	UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	www.ufopa.edu.br
88	UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	www.unipampa.edu
89	UFPA	Universidade Federal do Pará	portal.ufpa.br
90	UFPR	Universidade Federal do Paraná	www.ufpr.br
91	UFPI	Universidade Federal do Piauí	www.ufpi.br
92	UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	www.ufrb.edu.br
93	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	www.ufrj.br
94	FURG	Universidade Federal do Rio Grande	www.furg.br
95	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	www.ufrn.br
96	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	www.ufrgs.br/ufrgs
97	UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia	www.ufsb.edu.br
98	UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	www.unifesspa.edu
99	UFT	Universidade Federal do Tocantins	www.uft.edu.br
100	UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	www.uftm.edu.br
101	UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco	portais.univasf.edu.
102	UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	www.ufvjm.edu.br
103	UFF	Universidade Federal Fluminense	www.uff.br
104	UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia	novo.ufra.edu.br
105	UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	www.ufrpe.br
106	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	www.ufrRJ.br
107	UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	ufersa.edu.br
108	UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	portal.utfpr.edu.br

Fonte: Elaborado pela autora.